

NOTAS E INFORMAÇÕES

Congresso

Governo sem comando

As trapalhadas jurídicas no tempo do ministro Cabral feriam o prestígio do presidente da República e de sua assessoria. Os cochilos que agora se cometem podem custar bilhões de cruzeiros ao contribuinte. Antes, as forças do governo na Câmara dos Deputados, sob a liderança do deputado Renan Calheiros, impediam a aprovação de projetos contrários aos desejos do Executivo. Agora as lideranças e as bancadas do governo votam com a oposição e derrotam o presidente.

O episódio da aprovação do projeto de conversão da Medida Provisória 288, que permitia ao Executivo extinguir ou privatizar o Lloyd Brasileiro, é exemplo gritante do que está ocorrendo em Brasília. Pela Lei nº 8.031, de 12 de abril — que resultou de medida provisória integrante do Plano Brasil Novo —, poderiam ser privatizadas as empresas “controladas, direta ou indiretamente, pela União e instituídas por lei ou ato do Poder Executivo”, ou então as que, “criadas pelo setor privado”, passaram ao controle direto ou indireto da União. Em outras palavras, o Lloyd Brasileiro poderia ser privatizado assim que o Executivo o desejasse.

Dando mostras de não se contentar com esta lei que ele mesmo propusera ao Legislativo, o Poder Executivo baixou a Medida Provisória 288. Foi o bastante para que as forças do nacional-oligarquismo se arregimentassem e derotassem o governo no Con-

gresso. Aliás, é o caso de perguntar quem foi derrotado, pois a liderança e a bancada do governo votaram o projeto de conversão, negando ao Executivo a possibilidade de privatizar ou extinguir o Lloyd e autorizando a União — pelo BNDES e com recursos do Fundo de Marinha Mercante — a emprestar Cr\$ 12 bilhões ao Lloyd, para liberar e armá-lo para navegações objeto de arresto no Exterior e “saldar dívidas em dólares, cuja inadimplência possa determinar novos impedimentos operacionais”.

A redação do projeto de conversão é um primor de desfaçatez oligárquica e nacionalista: o Congresso não está preocupado em sanear a empresa Lloyd nem tem interesse em aliviar a carga que seus débitos representam para o Tesouro. Cuida apenas de adiantar dinheiro do Fundo de Marinha Mercante para pagar dívidas que a empresa não pôde honrar — a fim de que ela continue operando! Com prejuízo, seguramente. Pior que tudo — e a comprovar que ninguém quer assumir responsabilidades quando se trata de enfrentar o nacional-oligarquismo e a preeminência do ministro da Justiça e do ministro da Marinha num assunto econômico decidido pela Presidência — é que o Congresso autoriza o BNDES a fazer o empréstimo *a risco*

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

do Fundo de Marinha Mercante. Como lembrou o deputado Afif Domingos, que votou contra, o Fundo pagará o prejuízo, porque o BNDES se recusara a correr ele próprio os riscos.

O episódio do Lloyd evidencia não só a fragilidade do governo no Congresso, quando se trata de tocar fundo nas estatais. Demonstra que não há unanimidade no governo, nem nele se acatam as decisões presidenciais. Depois de decidir — erradamente do ponto de vista político-jurídico — enviar a medida provisória ao Congresso, o ministro Jarbas Passarinho pleiteou e obteve, contra o parecer do secretário da Fazenda (demissionário em seguida), que o Tesouro adiantasse cerca de US\$ 1 milhão para atender à situação dos tripulantes dos navios que a incapacidade administrativa da direção do Lloyd permitira fossem arrestados no Exterior. Agora se sabe que o ministro da Marinha sustentou a posição daqueles que eram contra a privatização e a favor da concessão do empréstimo saído do Fundo da Marinha Mercante. A advertência do presidente da República, ao Ministério, determinando que cada qual cuidasse apenas de seus assuntos, está sendo descumprida às mil maravilhas — e todos estão se aproveitando da convocação extraordinária do Congresso pa-

ra mostrar à “Irmandade”, e por vias indiretas ao presidente, que os tempos mudaram e o Congresso e aqueles que, no Executivo, sustentam as posições do nacional-oligarquismo podem ir ao confronto se quiserem. E levam a melhor.

O presidente ainda retém a prerrogativa do voto e pode tornar vão o esforço do Congresso em preservar uma empresa que se revelou inviável nas mãos dos burocratas estatais. Poderá fazê-lo — e então se colocará a questão: em que situação ficarão a liderança do governo e as bancadas que seguem o Planalto, se o presidente vetar aquilo que eles aprovaram? A ser coerentes, deveriam derrubar o voto. A ser pusilâmines, deveriam manter-lo.

Esse episódio, aliado à rejeição até pelos líderes do governo da MP 289 (sobre o Imposto Territorial Rural), mais o outro que deverá dar-se dentro de dias, quando se votar o projeto de conversão sobre a política salarial, dão a demonstração inequívoca de que se arregimentam, no Congresso e em setores do Executivo, forças dispostas a dizer “não!” às medidas provisórias e à política que elas trazem embutidas.

Mais depressa do que se imaginava, o governo Fernando Collor começa a assemelhar-se ao governo Sarney — até na notícia de que a Ferrovia Norte-Sul poderá ser continuada!